



ACÓRDÃO Nº970/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11878/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Sebastião da Silva Reis (Ordenador de Despesa), Altervi de Souza Moreira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1480/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP, exercício de **2021**, sob a responsabilidade do **Sr. Sebastiao da Silva Reis**, Secretário Municipal de Limpeza Urbana;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP, exercício de 2021, sob a responsabilidade do **Sr. Altervi de Souza Moreira**, Subsecretário e ao **Sr. Sebastião da Silva Reis**, Secretário Municipal de Limpeza Urbana;
- 10.3. **Determinar** a manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos da SEMULSP, para quando da Auditoria da DICOP/TCE se possa analisa-los in loco evitando a necessidade de solicitação por notificação;

- a) A observação ao art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93, para fins de



ACÓRDÃO Nº970/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- elaboração de Projeto Básico, para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber), todos devidamente assinados por responsável técnico credenciado e com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA/AM ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM;
- b) A observação quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA) por pessoa física ou jurídica executora de obras e/ou serviços de Engenharia, ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas – CAU/AM;
 - c) O cumprimento do art. 60, §3º, da Lei nº 4320/64 e o art. 7º, §2º, III, da Lei nº 8.666/93 (itens 15.1.1, 15.2.1, 15.3.1, 15.5.1, 15.10.2 e 15.11.1 do tópico Restrições do referido Relatório);
 - d) Que em futuros contratos sejam exigidos todos os documentos relativos à regularidade fiscal dos contratados pela Administração Pública, ainda que durante situação de calamidade ou emergência, conforme o art. 29, I a V, da Lei nº 8.666/93 (itens 15.3.2, 15.4.1, 15.5.2, 15.6.1, 15.7.1, 15.8.1, 15.9.1 e 15.10.1 do tópico Restrições do referido Relatório);
 - e) A observância da sequência cronológica na emissão dos Empenhos da SEMULSP, na forma do art.75, I a II, da Lei nº 4.320/64 (itens 15.5.3 e 15.10.3 do tópico Restrições do referido Relatório);
 - f) A inserção de Nota Técnica nas Prestações de Contas Anuais de exercícios futuros da SEMULSP, objetivando situações similares exposta no item 15.12.1 do tópico Restrições do;

10.4. Dar ciência ao Sr. Sebastião da Silva Reis e aos seus patronos da decisão desta Corte de Contas;



ACÓRDÃO Nº970/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5. Dar ciência ao Sr. Altervi de Souza Moreira e aos seus patronos da decisão desta Corte de Contas.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral